

Foi mesmo a agricultura a grande revolução do neolítico?

Rodrigo Luiz Simas de Aguiar¹

Resumo:

Durante décadas persistiu nas bancadas escolares a ideia de que a agricultura foi a grande revolução do neolítico, que permitiu a emergência de complexidade social e a formação das sociedades clânicas. Esta noção, surgida no século XIX, teve especial impulso a partir da década de 1950 com Gordon Child e persistiu ao longo do século XX. Contudo, novas descobertas arqueológicas demandam uma revisão deste pressuposto teórico, forçando-nos a repensar até mesmo as tradicionais noções de sedentarismo e nomadismo.

Palavras-chave: arqueologia, pré-história, agricultura, complexidade social.

Abstract:

Along decades persisted in the academia the idea of agriculture as the great revolution of the Neolithic which allowed the emergence of social complexity and the formation of clan societies. This notion, which emerged in the 19th century, had a special impulse from the 1950s through Gordon Child publications and persisted throughout the 20th century. However, new archaeological discoveries demand a revision of this theoretical assumption, forcing us to rethink even the traditional notions of sedentarism and nomadism.

Keywords: archaeology, prehistory, agriculture, social complexity.

Introdução

Ainda ressoam em minha memória àquelas aulas de pré-história que abordavam a agricultura como a grande inovação que permitiu o sedentarismo, condição esta que mais tarde seria decisiva na formação de modelos sociais mais complexos. Este pressuposto teórico foi alçado pelo britânico Gordon Childe ([1951]1981), para quem a pré-história teria

¹ Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca e pós-doutorado em Arqueologia Pré-histórica na Universidade de Coimbra. Professor Associado e coordenador do Laboratório de Arqueologia da Universidade Federal da Grande Dourados. rodrigoaguiar@ufgd.edu.br

passado por três grandes revoluções: a descoberta do fogo no paleolítico, a descoberta da agricultura, que marcou o início do neolítico e, por fim, a descoberta dos metais. Durante décadas a fio, persistiu a ideia da agricultura como um marco revolucionário para os povos pré-históricos, sem a qual os traços de complexidade social que, teoricamente, emergiram no neolítico, seriam impossíveis. Mas seria mesmo a agricultura a mola propulsora primordial da complexidade social? A domesticação de plantas foi verdadeiramente uma “descoberta” neolítica?

O tema da complexidade social foi por mim abordado em um capítulo de livro intitulado “Mobilidades, assentamentos e o fluxo de produtos e ideias na Pré-história: discutindo a noção de complexidade social” (AGUIAR, 2020). Nele, comento rapidamente a questão da agricultura como quesito para formas sociais mais complexas, mas ficou faltando desenvolver o assunto, já que tal não era o foco principal daquele ensaio. Sendo assim, escrevo este artigo com o objetivo de dar mais atenção à questão da emergência da agricultura e de questionar o modelo tradicional que a associa com os núcleos populacionais mais estáveis (ditos “sedentários”) com a domesticação de plantas².

Antes de abordar o objeto principal do artigo, é necessário tecer algumas considerações. A primeira delas diz respeito à noção de complexidade social. Em seguida tratarei do surgimento na agricultura no modelo do “pacote neolítico”. Por fim, após mostrar que sociedades caçadoras e coletoras já detinham condições de desenvolver agricultura, argumentarei que plantar foi uma escolha deliberada em usar um conhecimento já existente frente a limitações de acesso a recursos naturais, desconstruindo a visão clássica da revolução do neolítico, originada em formulações teóricas do século XIX e reiterada por Childe na década de 1950.

7

Sobre complexidade social

Desde a antropologia, sabemos que a complexidade social é uma questão complicada de se abordar. Isso porque, durante muito tempo, viu-se neste quesito uma forma de legitimar certos estigmas levantados pelo evolucionismo social do século XIX. Para os teóricos de gabinete desta época, as sociedades evoluíam em estágios, indo da selvageria à barbárie e, por fim, à civilização. É importante ter em mente que, ainda que tal noção seja o fundamento das teorias de Lewis Morgan ([1877] 2005), descritas na obra “A sociedade antiga”, o modelo nasceu um século antes com as ideias de William Robertson em “História da América” (HOEBEL, 1960; ESPINA-BARRIO, 2005), ou seja, mesmo academicamente, a noção de sociedades mais ou menos “evoluídas” remonta séculos nas bancadas universitárias, originando-se em imaginários medievais, como o do *silvaticus*, ou ainda na forma como os romanos viam os povos que habitavam para além dos Pirineus (AGUIAR & MÜLLER, 2010). Para os evolucionistas sociais, o grau máximo do engenho humano, obtido apenas

² A domesticação é uma etapa posterior ao aproveitamento dos campos selvagens. Os campos selvagens se formam naturalmente, sem influência humana. Já na domesticação, ocorre a interferência humana na seleção de espécies e aprimoramento, de onde resultam campos de plantio totalmente antrópicos. Esta intervenção humana tornou as plantas mais adaptadas aos fins de produção, gerando alterações, inclusive, no genótipo.

pelas sociedades em estágio de civilização, só seria possível por meio de aquisições culturais complexas.

As ideias evolucionistas, ainda que persistam em nossos dias entre poucos indivíduos preconceituosos, foi há muito superada pela Antropologia. O primeiro avanço se deu quicá com Franz Boas, que já no início do século XX propõe a substituição do termo “raça” por “culturas”, no plural (mais detalhes em BOAS, 1964), o que acabou evidenciado como a antropologia de cunho evolucionista alimentou movimentos racistas. Dito isso, destaco aqui que para a Antropologia pensar complexidade social não é um caminho necessariamente fértil. Mesmo porque, fica-nos evidente que sociedades detentoras de recursos tecnológicos limitados podem ostentar conteúdos simbólicos, como os mitológicos, muito mais complexos do que aqueles compartilhados pelas sociedades ocidentais industrializadas. Ou seja, em termos estritamente antropológicos, tratar de complexidade social não funciona.

Entretanto, quando abordamos uma perspectiva exclusivamente arqueológica, usando fundamentos teóricos mais próprios da disciplina, a noção de complexidade social é sim válida e pode ajudar a transpor visões distorcidas que nutrimos acerca de povos da pré-história. A complexidade social desde a arqueologia é entendida a partir de elementos muito bem definidos: densidade populacional, assentamentos estáveis, variedade de recursos tecnológicos, práticas intensivas de subsistência e estratificação social. Estes marcos fundamentais para medir variáveis de complexidade social na arqueologia foram especialmente impulsionados com a coletânea de T. D. Price e J. A. Brown (1985), que debateu a necessidade de se repensar os caçadores e coletores pré-históricos.

8

Baseando-se então na proposta de Price e Brown, percebemos que há muitos casos de populações pré-históricas que apresentam traços de complexidade social. Primeiro porque apresentam densidade populacional muito acima daquele “protótipo” pensado para paleolítico e neolítico. Certos espaços de congregação, onde se desenvolviam os rituais, as trocas de produtos, reafirmação de laços de cooperação e reciprocidade, são numerosos e pensados para atender grandes audiências. Não estamos falando mais de diminutas famílias nucleares ou parentelas, de 10 ou 15 pessoas, lutando para extrair seu sustento em meio a um ambiente inóspito, como sugere tal “protótipo”, mas de centenas de pessoas que, por sua vez, integram unidades maiores, acionadas sempre que fosse necessário movimentar grande força de trabalho (na construção de marcos e recintos, por exemplo).

Isso, por sua vez, evoca o segundo elemento de complexidade: os assentamentos estáveis. Se alguns povos baseados na agricultura de corte e queimada conseguem se fixar em um mesmo território por apenas poucos anos, em razão do esgotamento do solo, notamos incontáveis casos de caçadores e coletores que ocupam um mesmo espaço por séculos e, até mesmo, milênios. Tal continuidade está registrada nos extratos arqueológicos³. No caso em que grupos mesolíticos erigiram monumentos (como os megalíticos), podemos pensar que existiam autoridades locais que coordenavam a força de trabalho, uma forma clara de estratificação social.

³ Em uma das escavações que coordenei, no Templo dos Pilares (Alcinópolis, MS), notou-se que a ocupação do espaço por caçadores e coletores arcaicos ocorreu num espaço de tempo entre 10.735 e 8.215 A.P. (antes do presente). Mais informações em AGUIAR *et al.*, 2021.

Dito isso, podemos considerar que a movimentação de grande contingente, a coordenação da força de trabalho e o emprego de tecnologias e inovações, aplicadas tanto na exploração do meio para obtenção de recursos, quanto na formação dos tais espaços de congregação, são evidências que corroboram aquela ideia embrionária de Price e Brown (ibid) acerca dos parâmetros indicativos de complexidade social desde a ótica da arqueologia. A fim de comprovar a proposta enunciada neste artigo, apresentarei alguns casos ao longo do texto.

Como fio condutor de minha proposta (ou método), baseio-me tanto na análise de literatura específica, quanto na observação direta de sítios arqueológicos que investiguei ao longo de minha carreira de arqueólogo e por ocasião de meu segundo estágio de pós-doutoramento, quando tive contato com assentamentos pré-históricos em Portugal, Espanha, Suécia e Dinamarca.

O “pacote neolítico” e a agricultura

Munidos do conceito de complexidade social apresentado pela arqueologia e cientes de que, aqui, não se pretende questionar os postulados da antropologia, podemos tecer considerações sobre como diversos elementos de complexidade são notados em sociedades mesolíticas caçadoras e coletoras pré-ceramistas, ainda que tal condição tenha sido por muito tempo negligenciada por alguns arqueólogos. Persistiu, por várias décadas, a noção de que a agricultura foi o marco que delimita a entrada de um povo na era neolítica. Mas não seria só a agricultura que determinaria isso. Há uma série de condições que vão configurar aquilo a que chamamos de “pacote neolítico”. Este pacote é formado essencialmente por três elementos: criação de animais, cerâmica e agricultura. Tal concepção surgiu na segunda metade do século XIX (CARVALHO, 2020) mas vai ser especialmente destacada na primeira metade do século XX. A combinação dos três elementos do pacote neolítico, em teoria, desencadearia uma rota em direção a formas mais complexas, como a organização social estratificada, similar ao modelo clânico. Agora, será que esta visão não estaria sendo influenciada justamente pelos pressupostos teóricos do evolucionismo social? Um olhar mais atento vai nos mostrar que sim.

Dos três elementos essenciais do pacote neolítico, a criação de animais talvez seja a que apresenta raízes mais antigas. Grupos de caçadores e coletores começaram a aproximar animais de seus locais de moradia ainda no paleolítico. Entre esta aproximação e a domesticação, na forma de criação de animais, certamente muito tempo transcorreu. Foi por volta de 12 mil anos atrás que a domesticação assumiu a forma de criação controlada que conhecemos e há autores que sugerem a relação disso com as alterações ambientais decorrentes da transição climática - de pleistoceno para holoceno (TELETICHA, 2019). Por volta de 8 mil A.P. (antes do presente), já haviam várias espécies de animais sendo criadas por diversos grupos humanos ao redor da Europa (COMBRÊ *et al*, 2020). Ainda assim, o lobo foi provavelmente o animal mais antigo a ser domesticado, não como suprimento de proteína, mas como animal de estimação e de colaboração em caça. Antes das linhagens de

lobos que deram origem aos cães domésticos, há evidências de aproximação entre paleo-canídeos e humanos na Sibéria tão antiga quanto 30 mil anos (OVODOV *et al*, 2011). Mesmo sendo as evidências pouco numerosas, é preciso estar atento de que a aproximação entre humanos e animais, que foi imperativa para a domesticação ampla do neolítico, começou em tempos bem remotos, recuando milhares de anos no paleolítico. Ainda que existam evidências recuadas apenas de canídeos, no que se refere à participação de animais na vida social de humanos, parece improvável que outras espécies não o tenham feito. Como bem destaca Ovodov, além das dificuldades em datação de evidências ósseas anteriores ao Último Máximo Glacial, há uma variável de etologia no processo: certos animais, essencialmente gregários, invadiam e buscavam coabitar espaços antropizados. Experiências atuais, muito próximas da gente, com antas, capivaras, porcos selvagens (e outros) em comunidades humanas florestais mais isoladas, demonstram como é do comportamento de certas espécies se aproximar dos humanos, usando isso como vantagem no acesso a recursos alimentares. Pensar que isso se trata de um fenômeno exclusivamente neolítico, sem dúvidas, é um erro.

A cerâmica é outro elemento que esteve, por muito tempo, associado à emergência da agricultura. A ideia era a de que a cerâmica só vai aparecer como instrumento para processar e cozinhar vegetais cultivados. Mas são muitos os casos de sociedades caçadoras e coletoras que desenvolveram a cerâmica para preparar alimentos de forrageio, sem fazer uso da agricultura. Não é preciso ir muito longe para encontrar casos como este. Em minhas pesquisas em Mato Grosso do Sul registrei a presença de grupos Jê pré-históricos, ceramistas não agricultores, de 3 mil anos, que se originaram de ocupações de caçadores e coletores tardios ali assentados há 5 mil anos (AGUIAR *et al*, 2020).

10

Na China, estudos arqueológicos na caverna de Yuchanyan, Província de Hunan, trouxeram à luz evidências de produção de cerâmica de 18 mil anos. É uma das mais antigas práticas ceramistas do mundo, se não a mais antiga (BOARETTO *et al*, 2009), comprovando o uso desta tecnologia por caçadores e coletores do paleolítico. Na Amazônia brasileira, há indícios que apontam a fabricação de cerâmica há 8 mil anos, potencialmente a mais antiga das Américas (NEVES, 2012). Neste caso, como bem nos lembra Eduardo Neves (2006), povos amazônicos estão usando um amplo leque de recursos, explorando a relação com as espécies através de manejo de plantas. O que vemos é o início de um longo processo que culmina em agricultura.

Muitos povos caçadores e coletores, apesar de não cultivar por meio de domesticação, faziam manejo de plantas através da dispersão e criação de bancos de sementes de árvores e palmeiras (AGUIAR *et al*, 2020). Heckenberger (2008) vai descrever como parcelas de florestas aparentemente intocadas são, na verdade, um ambiente antropizado. A alta concentração de espécies de interesse humano em determinadas áreas, num percentual bem mais alto do que se teria pelos meios naturais de dispersão, vêm demonstrar que certas áreas florestadas da Amazônia são jardins de origem humana (ERICKSON, 2008). A agricultura vai surgir, por fim, como alternativa a novas condições (climáticas e ambientais), com investimento e aprimoramento de um processo já conhecido.

Agricultura como consequência e simbolismo como origem

Defendendo a noção de que a agricultura, em muitos lugares do mundo, é resultado e não causa da complexidade social, apresentarei agora os argumentos que levam a este raciocínio. Para tanto, é preciso entender como a emergência de categorias simbólicas de grande significância foram decisivas para conectar pessoas e ampliar as audiências em rituais. A parafernália material empregada na performance ritual é igualmente importante para uma análise de cunho arqueológico dos processos que conduziram ao florescimento de elementos de complexidade social. Gamble (2001) nos lembra que a cultura material é uma variável ativa na sociedade, sendo bem mais que o reflexo dela, passando a construir, manter, controlar e transformar identidades e relações sociais. Fazendo uso do conceito de agência de Alfred Gell (1988), percebemos que os objetos transcendem seu caráter meramente utilitário e se convertem em atores privilegiados no cenário humano, expressando intencionalidades e interferindo no fluxo da vida social.

Sociedades do paleolítico mantinham dilatadas redes de reciprocidade e relacionamento potencialmente mantidas por alianças e trocas exogâmicas. Para entender isso, voltemos nossa atenção ao Vale do Coa, em Portugal. Maior conjunto de gravuras rupestres paleolíticas a céu aberto, de imediato se entende que as manifestações simbólicas do Vale do Coa foram projetadas para uma ampla audiência. A prova disso é a comprovação da presença de sílex empregado em artefatos cuja origem está a 150 quilômetros de distância (SAMPAIO & AUBRY, 2008). Não é para menos que muitos autores (LUIS, 2008; BAPTISTA, 2009) veem o Vale do Coa como um centro cerimonial, ideia que compartilho. Imaginar grupos convergindo para o vale em determinados períodos do ano para atender a rituais conduzidos por pessoas reconhecidas como autoridades, compartilhando ideias em torno de simbolismos móveis e reafirmando conceitos essenciais por meio da materialização de mitos através de gravuras rupestre e parafernália ritual, nos dá a verdadeira dimensão da complexidade social destes povos que, até pouco, eram interpretados como pequenos grupamentos rudimentares, lutando incessantemente contra as forças da natureza para garantir a segurança e o sustento da prole. Agora vemos estes espaços como locais privilegiados onde contingentes bem maiores do anteriormente estimado reafirmavam, por meio de trocas de produtos, uniões exogâmicas e processos rituais, os laços de reciprocidade que mantinham aqueles coletivos conectados e coesos. Pequenas placas com gravuras que reproduzem motivos similares aos gravados nos paredões de xisto garantiam a circulação destas ideias para além do complexo rupestre do Coa.



Gravura rupestre do Vale do Coa, representação de um equino. Foto: R. S. Aguiar.

12

Por outro lado, ao focarmos na arte rupestre da região Cantábrica, na Espanha, vemos um processo um pouco diferente. Lá predominam as pinturas paleolíticas em ambiente de cavernas. Os motivos são igualmente naturalistas, mas a destreza dos artistas do paleolítico impressionaram até mesmo o grande pintor Pablo Picasso quando visitou a caverna de Altamira. Como os Bisões, elementos predominantes naquela caverna, são representados reproduzindo estados específicos de seu ciclo de vida - dormindo, se lambendo, emitindo sons - podemos deixar totalmente de lado aquela velha e ultrapassada noção de magia simpática. Não há cenas de caça. Trata-se de uma entidade atuante no sistema cosmológico, compartilhando espaços privilegiados com os humanos no universo mítico e no ordenamento do cosmos. Ainda que os primeiros motivos cantábricos remontem 40 mil anos (PIKE *et al*, 2012) e possam, inclusive, estar ligados a Neandertais (RODRIGUEZ-VIDAL *et al*, 2014), as representações policrômicas de animais se tornará abundante mesmo por volta de 15 mil anos atrás. É neste momento que, provavelmente, se deu o aumento da complexidade ritual. Ainda que as cavernas sejam ambientes restritos em termos de audiência, devemos pensar as cavernas cantábricas como atuantes em conjunto e não separadamente. A produção de arte mobiliária, especialmente em ossos, se dará no mesmo período das realistas pinturas de bisões. Isso assegura a mobilidade destas ideias, tal e qual ocorria no Vale do Coa. Além disso, devemos considerar a existência de toda uma parafernália ritual que não resistiu à ação do tempo.



Bisões do teto dos policrômicos da Caverna de Altamira. Foto: R. S. Aguiar.



Arte mobiliária paleolítica. Acervo do 'Museo de Altamira'. Foto: R. S. Aguiar.

Lentamente, vai se formando um quadro de emergência de autoridades rituais e de complexidade simbólica que se tornará o motor de toda uma nova forma de organização, que se iniciará ainda no mesolítico, mas que se tornará recorrente até meados da Idade do Bronze. Trata-se da cultura megalítica. Hoje já se sabe que vários dos recintos megalíticos presentes em diversos pontos da Europa surgiram em contextos sociais onde a agricultura não estava presente. E aos recintos se somam os menires e as sepulturas megalíticas. O caso mais emblemático é o de Gobekli Tepe, na Turquia. Estudado pelo arqueólogo alemão Klaus Schmidt, Gobekli Tepe teve sua fase mais monumental e antiga, datada em 12 mil anos, edificada por povos que não praticavam agricultura e não produziam cerâmica (SCHMIDT, 2010). Tratava-se de um centro cerimonial e não habitacional; o ponto de convergência de grupos humanos em ocasiões de rituais.

Mas o caso turco não é o único. Há outros exemplos de estruturas megalíticas associadas a modelos econômicos anteriores à agricultura. Em algumas das estruturas megalíticas de Portugal, a ideia de menires e recintos datando do neolítico inicial (e não do final como se acreditou por muito tempo) é reforçada por Manuel Calado e Leonor Rocha (2006), justificando os autores que este seria um período anterior à chegada do “pacote neolítico”.

14



Recinto megalítico dos Almendres, Évora, Portugal. Sua fase mais monumental, que mostra nesta foto, parece estar associada a um “neolítico inicial”, onde o pacote neolítico ainda não está completo.

Foto: R. S. Aguiar.

Para fugir das críticas, notamos que alguns autores se referem a esta classe de sítio como produto de um “neolítico pré-cerâmico” ou “neolítico inicial” sem agricultura. Entendo a preocupação destes autores, pois a crítica acadêmica pode ser verdadeiramente ácida e

hostil a novidades. Mas afirmo, categoricamente, que se excluímos dois dos três elementos do “pacote neolítico” - nomeadamente cerâmica e agricultura - não temos uma sociedade neolítica. Quando muito mesolítica.

Mover gigantescos blocos de pedra que pesam toneladas e enterrá-los em uma área previamente limpa e preparada requer a movimentação de uma força de trabalho que, certamente, estaria disponível somente em estruturas de famílias extensas ou parentelas organizadas, algo que se aproximaria mais do modelo clânico. A ocorrência destes monumentos em sociedades que não plantavam vem corroborar a posição de que a emergência da complexidade social de seu a partir da potencialização de conteúdos simbólicos, sendo aquelas pinturas e gravuras do paleolítico a origem de tudo.

A agricultura não foi necessariamente novidade. Uma pedra de moenda contendo grãos de amido, descoberta na região da Toscana, Itália, e datada em 25 mil anos (ARANGUREN *et al*, 2015), prova que o conhecimento sobre plantas é muito mais antigo do que se pensava. Campos selvagens eram explorados e milênios desta atividade permitiriam a aquisição do conhecimento necessário para domesticação. A verdade é que a agricultura demanda uma dependência muito grande do clima e restringe sobremaneira as possibilidades de deslocamento no forrageio. Com mais horas sendo necessárias para o manejo dos campos de cultivo, a caça precisa ser praticada mais rapidamente e em áreas mais próximas. Por outro lado, as épocas de frutos, as rotas sazonais dos animais, tudo isso forma um sistema bem mais confiável para captação de alimentos. A caça e coleta é eficaz, desde que os contingentes humanos sejam sustentáveis.

O surgimento da complexidade social, com a emergência de novas formas de simbolismos, que se consagram mais tarde com as estruturas megalíticas, acabam por favorecer o aumento do contingente humano. Se o simbolismo levou à complexidade, por sua vez a complexidade demandou a formação de grupamentos humanos cada vez maiores. Assim, o tradicional sistema de caça e coleta entra em colapso, forçando aqueles povos a recorrer a uma tecnologia há muito conhecida, mas deliberadamente não praticada: a agricultura.

A título de encerramento

Como visto, houve dilatada persistência no meio acadêmico da ideia de que a emergência de traços de complexidade social dependeu intimamente do desenvolvimento da agricultura. Nesta linha de raciocínio, certas práticas culturais só poderiam ser produto de populações humanas similares àquelas tipicamente neolíticas, pois a aquisição do pacote neolítico era o único meio que traria as condições necessárias para a complexidade social. Esta ideia não é nova e remonta meados do século XIX, ainda que Gordon Childe tenha sido seu principal propagador, já na metade do século XX.

Contudo, a persistência desta linha de pensamento parece ser uma reminiscência dos tempos da antropologia evolucionista, que não reconhece qualquer traço de complexidade

entre sociedades ditas “simples”. A arqueologia já aponta novas formas de se interpretar os povos caçadores e coletores da pré-história, reconhecendo que muitas de suas conquistas foram importantes precursoras para a formação dos modelos sociais e econômicos que vamos observar nos grupos humanos do neolítico. E mais, um olhar atento revela certas manifestações de complexidade entre agrupamentos do mesolítico e, até mesmo, do paleolítico.

A mola propulsora desta complexidade parece ter sido a emergência de conteúdos simbólicos, primeiro manifestados em “santuários” de arte rupestre e, depois, no florescimento das estruturas megalíticas. Ainda que sua propagação tenha se dado na Idade do Bronze, a emergência de recintos, dolmens e sepulturas megalíticas remonta a contextos anteriores à aquisição do pacote neolítico.

Desta forma, podemos afirmar que o modelo tradicional que relaciona a formação dos agrupamentos clânicos à agricultura não é universal e há muitas exceções que sustentam tal afirmação. Se este modelo proposto por Gordon Childe funciona bem para explicar a forma como emergiram as primeiras civilizações ao redor de rios que abarrotam os campos de sedimentos fertilizantes durante as cheias, como é o caso dos rios Mesopotâmicos e do Nilo, em lugares onde a ecologia foi bem mais favorável, a caça e coleta persistiu como forma confiável de captação de alimentos.

A emergência de complexidade social parece mais atrelada às novas fórmulas simbólicas e cosmológicas que, inicialmente, congregou um número bem maior do que se imaginava de pessoas no paleolítico e que, mais tarde, desencadeou a formação de centros rituais mais complexos para atender um crescente contingente populacional, como foi o caso de certos recintos megalíticos. Quando os ambientes eram favoráveis, não se recorreu à agricultura. Vai ser com o aumento das tensões diante de um ambiente que já não supria mais as necessidades de um crescente contingente, que se recorre àquela tecnologia já conhecida desde o paleolítico: a agricultura.

Esta nova visão tornará os conceitos de sedentarismo e nomadismo bem mais relativos, uma vez que caçadores e coletores poderiam permanecer num mesmo lugar por centenas de anos, como é o caso dos povos dos sambaquis. Por outro lado, usar a agricultura como único critério para definir os povos ditos sedentários é um engano recorrente, haja vista que os agricultores de corte e queimada só conseguem permanecer em uma dada área por tempo limitado, entre 5 e 7 anos, depois a terra perde fertilidade, acarretando o abandono dos assentamentos e o movimento em busca de novos campos cultiváveis. Trata-se de uma história que precisa ser revisada.

Referências

AGUIAR, R. L. S. Mobilidades, assentamentos e o fluxo de produtos e ideias na Pré-história: discutindo a noção de complexidade social. *In.*: VILAÇA, R. e AGUIAR, R.

L. S. (Org.). **(I)mobilidades na pré-história**: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

AGUIAR, R. L. S. *et al.* Prehistoric Archaeology or CSI? Analysis of two skull fragments from Templo dos Pilares archaeological site, Alcinópolis, Mato Grosso do Sul, Brazil. **Acta Archaeologica**, Vol. 92, n. 2, 2021 (no prelo)

AGUIAR, R. L. S. *et al.* Os grupos Jê na Pré-história de Mato Grosso do Sul, Brasil. In.: VILAÇA, R. e AGUIAR, R. L. S. (Org.). **(I)mobilidades na pré-história**: pessoas, recursos, objetos, sítios e territórios. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

AGUIAR, R. L. S. & MÜLLER, A. M. Pajés, demônios e canibais: representações acerca do indígena americano na iconografia europeia do século XVI. **Clio Revista de Pesquisa Histórica**, n. 28, vol. 1, p. 01-17, 2010.

ARANGUREN, B. *et al.* Grinding flour in Upper Palaeolithic Europe (25000 years bp). **Antiquity**, 81 (314), p. 845-855, 2015.

BAPTISTA, A. M. **O Paradigma Perdido**. O Vale do Coa e a Arte Paleolítica de Ar Livre em Portugal. Vila Nova de Foz Côa: Edições Afrontamento e Parque Arqueológico do Vale do Coa, 2009.

BOARETTO, E. *et al.* Radiocarbon dating of charcoal and bone collagen associated with early pottery at Yuchanyan Cave, Hunan Province, China. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 106(24), p. 9595-9600, 2009.

BOAS, F. **Cuestiones fundamentales de Antropología Cultural**. Buenos Aires: Solar, 1964.

CALADO, M.; ROCHA, L. Menires e neolitização: história da investigação no Algarve. **Actas do 4º Encontro de Arqueologia do Algarve**, 2006, p. 75-88.

CARVALHO, A. F. Entre evidências e conceitos. Plantas e animais nos estudos neolíticos em Portugal. **Estudos Arqueológicos de Oeiras**, n. 27, p. 99-116, 2020.

CHILDE, G. **A evolução cultural do homem**. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1981.

CROMBÉ, P.; ALUWÉ, K.; BOUDIN, M. *New evidence on the earliest domesticated animals and possible small-scale husbandry in Atlantic NW Europe*. **Scientific Reports** n.10, article number 20083, 2020.

ERICKSON, C. Amazonia: *The Historical Ecology of a Domesticated Landscape*. In.: SILVERMAN, Helaine; ISBELL, William. **Handbook of South American Archaeology**. New York: Springer, 2008.

ESPINA-BARRIO, A. B. **Manual de Antropologia Cultural**. Recife: Editora Massangana, 2005.

GAMBLE, C. **Archaeology: The Basics**. Londres: Routledge, 2001.

GELL, A. **Art and Agency**. An Anthropological Theory. Oxford: Clarendon Press, 1998.

HECKENBERGER, M. J. *et al.* Pre-Columbian urbanism, anthropogenic landscapes, and the future of the Amazon. *Science*, v. 321, n. 5893, p. 1214-1217, 2008.

HOEBEL, E. A. William Robertson: an 18th century anthropologist-historian. *American Anthropologist*, 62(4), p. 648-655, 1960.

LUIS, L. **A Arte e os Artistas do Vale do Côa**. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa e Associação de Municípios do Vale do Côa, 2008.

MORGAN, L. H. A sociedade antiga. *In.*: Celso de Castro(Org.). **Evolucionismo Cultural**. Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

NEVES, E. G. **Sob os tempos do equinócio**: oito mil anos de história na Amazônia Central (6.500 AC—1.500 DC). Tese de Livre Docência. São Paulo: USP/MAE, 2012.

NEVES, E. G. **Arqueologia da Amazônia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

OVODOV, N. D. *et al.* A 33,000-year-old incipient dog from the Altai Mountains of Siberia: evidence of the earliest domestication disrupted by the Last Glacial Maximum. *PloS one*, 6(7), e.22821, 2011.

PIKE, A. *et al.* Series Dating of Paleolithic Art in 11 Caves in Spain. *Science*, vol. 336, n. 6087, p. 1409-1413, 2012.

PRICE, T. D. & BROWN, J. A. **Prehistoric Hunter-Gatherers. The Emergence of Cultural Complexity**. New York: Academic Press, 1985.

18

RODRIGUEZ-VIDAL, J. *et al.* A rock engraving made by Neanderthals in Gibraltar. **PNAS**, vol. 111, n. 37, p. 13301-13306, 2014.

SAMPAIO, J. D.; AUBRY, T. Dos dados arqueológicos ao grande público: o exemplo do vale do Côa. *In.*: **Arqueologia Experimental**. Fórum Valorização e Promoção do Patrimônio Regional, 2008.

SCHMIDT, K. Göbekli Tepe—the Stone Age Sanctuaries. *New results of ongoing excavations with a special focus on sculptures and high reliefs*. *Documenta Praehistorica*, 37, p. 239-256, 2010.

TELETCHEA, F. *Animal domestication: A brief overview*. *In.*: **Animal domestication**. Londres: IntechOpen, doi: 10.5772/intechopen.86783, 2019.